

## TributoJusto

## INSS PATRONAL

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, **OLIVEIRA MARQUES - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 10.352.344/0001-13, sediada à Rod BR 163 KM 432,8, nº S/N – Zona Rural, Jaraguari/MS, CEP 79.442-000, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, **TRIBUTO JUSTO - MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-550, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

1. Tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 2055/2021 da Receita Federal do Brasil (RFB) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), a **CONTRATANTE** pactua com a **CONTRATADA**, a fim de que esta segunda auxilie lhe na recuperação administrativa e judicial de créditos de INSS Patronal decorrentes de pagamentos indevidos realizados à título de tributos incidentes sobre verbas indenizatórias e não contributivas da folha de pagamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

1 - Análise, levantamento de dados e documentos para apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a “RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS” a título de “Contribuição Previdenciária Patronal – contribuições para terceiros”, **visando diminuir e/ou isentar, quando legal, a carga tributária incidente** sobre as seguintes exações, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado:

a) **NÍVEL 1** – auxílio-educação; salário família; salário maternidade; aviso prévio indenizado; 15 primeiros dias auxílio doença/acidente.

“RAT – Risco Ambiental de Trabalho” (RAT + FAT) com a “redução das alíquotas de grau de risco, consoante anexo V do Decreto nº 3048/1999”, com vigência a partir de “janeiro de 2008”.

“Contribuições destinadas a terceiros”.

b) **NÍVEL 2** – vale transporte, vale combustível, vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico, e farmácia.

c) **NÍVEL 3** – gratificações; adicional de insalubridade; DSR, 13º indenizado, IRRF e INSS, horas extras e reflexos.

**2** - Interposição de medidas administrativas, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o acompanhamento até a decisão final, de trânsito em julgado.

**2.1.** A CONTRATANTE deve providenciar todas as informações e facilitar o acesso aos documentos necessários **dos últimos 60 (sessenta) meses**, para elaboração e consequente ingresso das medidas redutivas, garantindo à CONTRATADA, completa autonomia de trabalho, com livre acesso a livros, documentos e anotações que se relacionam direta ou indiretamente ao objeto do contrato, colocando, ainda, suas estruturas de recursos humanos, jurídica e contábil à disposição da CONTRATADA.

**2.2.** A CONTRATANTE, desde já, deixa ciente à CONTRATADA que **não realizará** a exclusão das verbas acima expostas caso, ao longo do contrato, prevalecer decisão dos Tribunais Superiores desfavorável aos interesses da CONTRATADA.

**2.3.** A CONTRADA responsabiliza-se apenas pelos procedimentos decorrentes deste contrato, eximindo-se do que for alheio ao objeto da presente prestação de serviços, ficando a CONTRATANTE integralmente responsável por eventuais impedimentos decorrentes de outra prestadora de serviços.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

**3.1.** Em contraprestação aos serviços prestados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pagará:

Serão pagos à CONTRATADA o valor equivalente a 30% (trinta por cento) líquidos incidentes sobre o total do valor do benefício recuperado decorrente dos últimos cinco anos, que será auferido pela CONTRATANTE por meio da compensação de créditos tributários com débitos vincendos e vencidos previdenciários efetuados administrativamente:

- a) O pagamento deverá ser efetuado em parcelas do percentual acordado no caput da cláusula 3.1, calculadas conforme o valor da utilização do crédito mensal pela CONTRATANTE, por meio de documentos comprobatórios, tais quais: Guias de Recolhimento, Extratos da FPM, Declarações para compensações e GFIP, DARF.
- b) O pagamento dos honorários será calculado considerando o percentual acordado no contrato de prestação de serviço sobre o valor do crédito efetivamente recuperado pela CONTRATANTE. Os valores para os créditos serão corrigidos pela taxa SELIC mês a mês, sendo que a diferença nos honorários para essa correção será computada e cobrada mensalmente de acordo com a atualização dos créditos.

**3.2.** Se tratando de **INSS PATRONAL**, os pagamentos dos honorários serão efetuados na mesma data do pagamento da DARF - Documento de Arrecadação de Tributos Federais (INSS), sendo enviado o boleto de pagamento após a compensação de cada mês e observando a data limite, como o de vencimento do imposto/tributo devido, ao CONTRATANTE, estando inclusas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, fretes, seguros, locomoção, as quais estão relacionadas com a prestação dos serviços contratados.



**3.3.** No caso de atraso no pagamento dos Honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

**3.4.** Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, a **CONTRATADA** poderá suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, até a regularização por parte da **CONTRATANTE**, eximindo-a inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização ou então considerar rescindido o presente contrato, devendo conduto, cumprir com as formalidades previstas no *item 10.2* do presente instrumento.

**3.5.** Na hipótese de a **CONTRATANTE** requisitar a apresentação do memorial de cálculo discriminado a **CONTRATADA** antes de findar a prestação de serviço pactuado neste instrumento particular, fixa-se então que será antecipado integralmente os honorários avançados à **CONTRATADA**. A disponibilização do cálculo mensal pormenorizado fica condicionado ao pagamento da diferença referente a parte honorários pactuados conforme a cláusula 3.1, considerando os meses compensados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.**

**4.1.** Para o fiel cumprimento das obrigações descritas na cláusula segunda deste instrumento, a **CONTRATANTE** estabelece com a **CONTRATADA** como prazo de entrega dos serviços o esgotamento do crédito ou decisão final administrativa.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**5.1.** A **CONTRATADA**, além das responsabilidades legais e contratuais já previstas neste instrumento, compromete-se a:

**5.1.1.** Prestar seus serviços profissionais à **CONTRATANTE** nas áreas administrativas, judiciais e contábeis;

**5.1.2.** A **CONTRATADA** se responsabiliza pela apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a “RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS” a título de “Contribuição Previdenciária Patronal;

**5.1.3** A **CONTRATADA** se dispõe a sanar quaisquer dúvidas e questionamento relacionados ao objeto deste instrumento durante o prazo prescricional de 5 (cinco) anos ou nos termos estabelecidos na cláusula 4.1.

**5.1.4.** A **CONTRATADA** responsabiliza-se por todo o procedimento operacional necessário para a recuperação dos créditos apurados.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, NOTIFICAÇÃO E TERMO DE INTIMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL**

**6.1.** A **CONTRATANTE** deverá enviar para a **CONTRATADA** eventual pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação recebida da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), para que então a **CONTRATADA** realize a análise técnica jurídica, contábil e fiscal.

**6.2** Caso ocorra o descrito no *item 6.1* desta cláusula, caberá a **CONTRATADA**, em se tratando de pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação relacionado aos procedimentos por ela realizados, dar as devidas tratativas perante o órgão requisitante - Receita Federal.

**a)** as tratativas contidas neste item referem-se a todo e qualquer contato, seja ele telefônico, por e-mail, presencial, carta, dentre outros, perante a Receita Federal/Auditor.

**6.3** Caso não sejam cumpridos os *itens 6.1 e 6.2 ("a")*, a **CONTRATADA** não se responsabilizará por eventuais reflexos ocasionados pelas tratativas diretas da **CONTRATANTE** com o órgão requerente (Receita Federal).

**6.4.** A **CONTRATADA** se compromete a realizar todas os contatos e tratativas administrativas e judiciais necessárias a respaldar o direito dos créditos da **CONTRATANTE**, caso incorra o descrito no item 6.1 salvo se descumpridos os itens 6.1 e 6.2

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**

**7.1.** A responsabilidade pela autenticação e veracidade das informações presentes nos documentos *supracitados* é da **CONTRATANTE**, uma vez que a partir delas que a **CONTRATADA**, desempenhará seus serviços.

**7.2.** Se os critérios forem aproveitados fora dos padrões e orientações da **CONTRATADA**, ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho e comprometam a quantificação e qualidade do trabalho desenvolvido, a **CONTRATANTE** se responsabilizará integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes.

**7.3.** Fica pactuado entre as partes que, após a autorização dos trabalhos, a **CONTRATANTE** está obrigada a realizar as demais compensações dos créditos objetos deste contrato **EXCLUSIVAMENTE** com a **CONTRATADA** até o esgotamento dos referidos créditos, independentemente de hipóteses do Poder Judiciário, seja por qualquer de suas instâncias, reconhecer *erga omnes* (a favor de todos) o crédito levantado, bem como se houver edição de lei (ou outro instrumento legal) que também faça idêntico reconhecimento do crédito.

**7.4.** Restando descumprido o item 7.3 desta cláusula pela **CONTRATANTE**, a mesma deverá arcar com os honorários integrais sobre o valor dos créditos residuais autorizados e por ventura não compensados, e estará sujeita à negativação, protesto, execução imediata, além de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice vigente (IGPM-FGV) à época da inadimplência.

**7.5.** A **CONTRATANTE** se responsabiliza a informar qualquer procedimento administrativo realizado com o mesmo objeto daquele a ser recuperado pela **CONTRATANTE**, bem como declara que até a presente data não tem ação em trâmite na esfera judicial com o mesmo objeto tratado nesse contrato. Da mesma forma, a **CONTRATANTE** se compromete a não ingressar com processo judicial para discutir as mesmas verbas que estão em recuperação administrativa no presente contrato.

**7.6.** Durante o período de compensação dos créditos tributários, a **CONTRATANTE** se compromete a não realizar o pagamento das respectivas guias a serem compensadas. Caso



haja o pagamento no período da utilização de créditos e não informado antecipadamente à **CONTRATADA**, será cobrado um valor adicional de honorários para retificação das guias para seu valor original, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais).

**7.7. A CONTRATANTE**, no momento da assinatura do contrato declara ciência acerca das verbas de nível 3, as quais possuem entendimento em tribunais e/ou conselhos fiscais/administrativos, de modo que, caso haja questionamentos, processos ou glosa por parte da Receita Federal, a **CONTRATANTE** contará com a assessoria jurídica, contábil e administrativa asseguradas na cláusula 5.2 sem custo adicional para a **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** assumirá a responsabilidade e a prestação de serviços no que toca a defesa administrativa ou judicial dos procedimentos realizados do objeto deste contrato.

**7.8.** Após a análise das PER/DCOMPS mensais pela Receita Federal, a **CONTRATADA** se responsabiliza pela realização do procedimento de compensação administrativa. No caso da não homologação da compensação, quando do trânsito em julgado da decisão judicial definitiva, a **CONTRATADA** procederá com a devolução dos honorários recebidos referentes tão somente aos créditos refutados que foram objeto da recuperação realizada pela **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE**

**8.1.** Os profissionais da **CONTRATADA**, designados para execução dos trabalhos ficarão comprometidos a manter absoluto sigilo e completa confidencialidade sobre todos os elementos e documentos que tomarem conhecimento no decorrer dos trabalhos que vierem a ser prestados.

#### **CLÁUSULA NONA – RESCISÃO**

**9.1.** O presente contrato somente pode ser alterado **por mútuo consentimento das partes e por escrito.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1.** Considera-se hipótese de rescisão do contrato no caso de inadimplência e no pagamento dos honorários nas datas pactuadas, devendo a notificação de rescisão ser feita via **CORREIO – “AR – MI”**, bem como não serão restituídos os valores por ventura adimplidos, os quais serviram para amortização do serviço prestado, além das demais sanções.

**10.2.** Na ocorrência da rescisão contratual, prevista no item anterior, deverá à **CONTRATADA** responder pelo acompanhamento das ações mencionadas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação pela **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

**11.1.** Em caso de rescisão unilateral do contrato ou por infringência de cláusulas contratuais e legais, fica estipulada multa contratual no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito administrativo apurado, em favor da parte prejudicada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REFLEXOS FUTUROS**

**12.1.** Após a finalização do trabalho, a **CONTRATADA** acompanhará anualmente os reflexos futuros dos itens identificados que vierem a reduzir a carga tributária futura da **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Único:** Entende-se por reflexos futuros os benefícios gerados nos casos identificados pela **CONTRATADA** durante a vigência do presente contrato, ocasionando redução da carga tributária. Após aprovação e identificação do benefício, serão devidos os honorários no percentual pactuado.

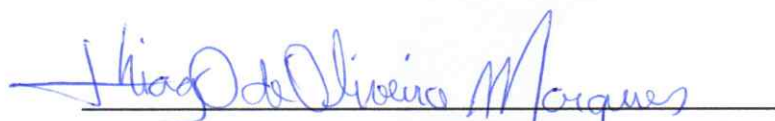
#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

**13.1.** As **partes** elegem o foro da Cidade de Curitiba/PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, mesmo existindo outro mais benéfico.

E por acharem justas e contratadas, as partes firmaram em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, declarando cumprir fielmente todas as disposições contidas no presente instrumento.

Curitiba, 28 de julho de 2022

#### **CONTRATANTE**



**OLIVEIRA MARQUES - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**  
CNPJ sob o nº 10.352.344/0001-13

#### **CONTRATADA**



**MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA LTDA**  
CNPJ nº 38.661.672/0001-10



## TributoJusto

## INSS PATRONAL

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, **OLIVEIRA MARQUES - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 10.352.344/0001-13, sediada à Rod BR 163 KM 432,8, nº S/N – Zona Rural, Jaraguari/MS, CEP 79.442-000, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, **TRIBUTO JUSTO - MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-550, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

1. Tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 2055/2021 da Receita Federal do Brasil (RFB) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), a **CONTRATANTE** pactua com a **CONTRATADA**, a fim de que esta segunda auxilie lhe na recuperação administrativa e judicial de créditos de INSS Patronal decorrentes de pagamentos indevidos realizados à título de tributos incidentes sobre verbas indenizatórias e não contributivas da folha de pagamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

1 - Análise, levantamento de dados e documentos para apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a "RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS" a título de "Contribuição Previdenciária Patronal – contribuições para terceiros", **visando diminuir e/ou isentar, quando legal, a carga tributária incidente** sobre as seguintes exações, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado:

**a) NÍVEL 1** – auxílio-educação; salário família; salário maternidade; aviso prévio indenizado; 15 primeiros dias auxílio doença/acidente.

"RAT – Risco Ambiental de Trabalho" (RAT + FAT) com a "redução das alíquotas de grau de risco, consoante anexo V do Decreto nº 3048/1999", com vigência a partir de "janeiro de 2008".

"Contribuições destinadas a terceiros".

**b) NÍVEL 2** – vale transporte, vale combustível, vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico, e farmácia.

**c) NÍVEL 3** – gratificações; adicional de insalubridade; DSR, 13º indenizado, IRRF e INSS, horas extras e reflexos.

2 - Interposição de medidas administrativas, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o acompanhamento até a decisão final, de trânsito em julgado.

2.1. A **CONTRATANTE** deve providenciar todas as informações e facilitar o acesso aos documentos necessários **dos últimos 60 (sessenta) meses**, para elaboração e consequente ingresso das medidas redutivas, garantindo à **CONTRATADA**, completa autonomia de trabalho, com livre acesso a livros, documentos e anotações que se relacionam direta ou indiretamente ao objeto do contrato, colocando, ainda, suas estruturas de recursos humanos, jurídica e contábil à disposição da **CONTRATADA**.

2.2. A **CONTRATANTE**, desde já, deixa ciente à **CONTRATADA** que **não realizará** a exclusão das verbas acima expostas caso, ao longo do contrato, prevalecer decisão dos Tribunais Superiores desfavorável aos interesses da **CONTRATADA**.

2.3. A **CONTRADA** responsabiliza-se apenas pelos procedimentos decorrentes deste contrato, eximindo-se do que for alheio ao objeto da presente prestação de serviços, ficando a **CONTRATANTE** integralmente responsável por eventuais impedimentos decorrentes de outra prestadora de serviços.


### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Em contraprestação aos serviços prestados pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** pagará:

Serão pagos à **CONTRATADA** o valor equivalente a 30% (trinta por cento) líquidos incidentes sobre o total do valor do benefício recuperado decorrente dos últimos cinco anos, que será auferido pela **CONTRATANTE** por meio da compensação de créditos tributários com débitos vincendos e vencidos previdenciários efetuados administrativamente:

- a) O pagamento deverá ser efetuado em parcelas do percentual acordado no caput da cláusula 3.1, calculadas conforme o valor da utilização do crédito mensal pela **CONTRATANTE**, por meio de documentos comprobatórios, tais quais: Guias de Recolhimento, Extratos da FPM, Declarações para compensações e GFIP, DARF.
- b) O pagamento dos honorários será calculado considerando o percentual acordado no contrato de prestação de serviço sobre o valor do crédito efetivamente recuperado pela **CONTRATANTE**. Os valores para os créditos serão corrigidos pela taxa SELIC mês a mês, sendo que a diferença nos honorários para essa correção será computada e cobrada mensalmente de acordo com a atualização dos créditos.

3.2. Se tratando de **INSS PATRONAL**, os pagamentos dos honorários serão efetuados na mesma data do pagamento da DARF - Documento de Arrecadação de Tributos Federais (INSS), sendo enviado o boleto de pagamento após a compensação de cada mês e observando a data limite, como o de vencimento do imposto/tributo devido, ao **CONTRATANTE**, estando inclusas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, fretes, seguros, locomoção, as quais estão relacionadas com a prestação dos serviços contratados.





**3.3.** No caso de atraso no pagamento dos Honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

**3.4.** Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, a **CONTRATADA** poderá suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, até a regularização por parte da **CONTRATANTE**, eximindo-a inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização ou então considerar rescindido o presente contrato, devendo conduto, cumprir com as formalidades previstas no *item 10.2* do presente instrumento.

**3.5.** Na hipótese de a **CONTRATANTE** requisitar a apresentação do memorial de cálculo discriminado a **CONTRATADA** antes de findar a prestação de serviço pactuado neste instrumento particular, fixa-se então que será antecipado integralmente os honorários avençados à **CONTRATADA**. A disponibilização do cálculo mensal pormenorizado fica condicionado ao pagamento da diferença referente a parte honorários pactuados conforme a cláusula 3.1, considerando os meses compensados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.**

**4.1.** Para o fiel cumprimento das obrigações descritas na cláusula segunda deste instrumento, a **CONTRATANTE** estabelece com a **CONTRATADA** como prazo de entrega dos serviços o esgotamento do crédito ou decisão final administrativa.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**5.1.** A **CONTRATADA**, além das responsabilidades legais e contratuais já previstas neste instrumento, compromete-se a:

**5.1.1.** Prestar seus serviços profissionais à **CONTRATANTE** nas áreas administrativas, judiciais e contábeis;

**5.1.2.** A **CONTRATADA** se responsabiliza pela apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a “RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS” a título de “Contribuição Previdenciária Patronal;

**5.1.3** A **CONTRATADA** se dispõe a sanar quaisquer dúvidas e questionamento relacionados ao objeto deste instrumento durante o prazo prescricional de 5 (cinco) anos ou nos termos estabelecidos na cláusula 4.1.

**5.1.4.** A **CONTRATADA** responsabiliza-se por todo o procedimento operacional necessário para a recuperação dos créditos apurados.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, NOTIFICAÇÃO E TERMO DE INTIMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL**

**6.1.** A **CONTRATANTE** deverá enviar para a **CONTRATADA** eventual pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação recebida da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), para que então a **CONTRATADA** realize a análise técnica jurídica, contábil e fiscal.

**6.2** Caso ocorra o descrito no *item 6.1* desta cláusula, caberá a **CONTRATADA**, em se tratando de pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação relacionado aos procedimentos por ela realizados, dar as devidas tratativas perante o órgão requisitante - Receita Federal.

**a)** as tratativas contidas neste item referem-se a todo e qualquer contato, seja ele telefônico, por e-mail, presencial, carta, dentre outros, perante a Receita Federal/Auditor.

**6.3** Caso não sejam cumpridos os *itens 6.1 e 6.2 ("a")*, a **CONTRATADA** não se responsabilizará por eventuais reflexos ocasionados pelas tratativas diretas da **CONTRATANTE** com o órgão requerente (Receita Federal).

**6.4.** A **CONTRATADA** se compromete a realizar todas os contatos e tratativas administrativas e judiciais necessárias a respaldar o direito dos créditos da **CONTRATANTE**, caso incorra o descrito no item 6.1 salvo se descumpridos os itens 6.1 e 6.2

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**

**7.1.** A responsabilidade pela autenticação e veracidade das informações presentes nos documentos *supracitados* é da **CONTRATANTE**, uma vez que a partir delas que à **CONTRATADA**, desempenhará seus serviços.

**7.2.** Se os critérios forem aproveitados fora dos padrões e orientações da **CONTRATADA**, ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho e comprometam a quantificação e qualidade do trabalho desenvolvido, a **CONTRATANTE** se responsabilizará integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes.

**7.3.** Fica pactuado entre as partes que, após a autorização dos trabalhos, a **CONTRATANTE** está obrigada a realizar as demais compensações dos créditos objetos deste contrato **EXCLUSIVAMENTE** com a **CONTRATADA** até o esgotamento dos referidos créditos, independentemente de hipóteses do Poder Judiciário, seja por qualquer de suas instâncias, reconhecer *erga omnes* (a favor de todos) o crédito levantado, bem como se houver edição de lei (ou outro instrumento legal) que também faça idêntico reconhecimento do crédito.

**7.4.** Restando descumprido o item 7.3 desta cláusula pela **CONTRATANTE**, a mesma deverá arcar com os honorários integrais sobre o valor dos créditos residuais autorizados e por ventura não compensados, e estará sujeita à negativação, protesto, execução imediata, além de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice vigente (IGPM-FGV) à época da inadimplência.

**7.5.** A **CONTRATANTE** se responsabiliza a informar qualquer procedimento administrativo realizado com o mesmo objeto daquele a ser recuperado pela **CONTRATANTE**, bem como declara que até a presente data não tem ação em trâmite na esfera judicial com o mesmo objeto tratado nesse contrato. Da mesma forma, a **CONTRATANTE** se compromete a não ingressar com processo judicial para discutir as mesmas verbas que estão em recuperação administrativa no presente contrato.

**7.6.** Durante o período de compensação dos créditos tributários, a **CONTRATANTE** se compromete a não realizar o pagamento das respectivas guias a serem compensadas. Caso



haja o pagamento no período da utilização de créditos e não informado antecipadamente à **CONTRATADA**, será cobrado um valor adicional de honorários para retificação das guias para seu valor original, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais).

**7.7. A CONTRATANTE**, no momento da assinatura do contrato declara ciência acerca das verbas de nível 3, as quais possuem entendimento em tribunais e/ou conselhos fiscais/administrativos, de modo que, caso haja questionamentos, processos ou glosa por parte da Receita Federal, a **CONTRATANTE** contará com a assessoria jurídica, contábil e administrativa asseguradas na cláusula 5.2 sem custo adicional para a **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** assumirá a responsabilidade e a prestação de serviços no que toca a defesa administrativa ou judicial dos procedimentos realizados do objeto deste contrato.

**7.8.** Após a análise das PER/DCOMPS mensais pela Receita Federal, a **CONTRATADA** se responsabiliza pela realização do procedimento de compensação administrativa. No caso da não homologação da compensação, quando do trânsito em julgado da decisão judicial definitiva, a **CONTRATADA** procederá com a devolução dos honorários recebidos referentes tão somente aos créditos refutados que foram objeto da recuperação realizada pela **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE**

**8.1.** Os profissionais da **CONTRATADA**, designados para execução dos trabalhos ficarão comprometidos a manter absoluto sigilo e completa confidencialidade sobre todos os elementos e documentos que tomarem conhecimento no decorrer dos trabalhos que vierem a ser prestados.

#### **CLÁUSULA NONA – RESCISÃO**

**9.1.** O presente contrato somente pode ser alterado **por mútuo consentimento das partes e por escrito.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1.** Considera-se hipótese de rescisão do contrato no caso de inadimplência e no pagamento dos honorários nas datas pactuadas, devendo a notificação de rescisão ser feita via **CORREIO – “AR – MI”**, bem como não serão restituídos os valores por ventura adimplidos, os quais serviram para amortização do serviço prestado, além das demais sanções.

**10.2.** Na ocorrência da rescisão contratual, prevista no item anterior, deverá à **CONTRATADA** responder pelo acompanhamento das ações mencionadas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação pela **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

**11.1.** Em caso de rescisão unilateral do contrato ou por infringência de cláusulas contratuais e legais, fica estipulada multa contratual no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito administrativo apurado, em favor da parte prejudicada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REFLEXOS FUTUROS**

**12.1.** Após a finalização do trabalho, a **CONTRATADA** acompanhará anualmente os reflexos futuros dos itens identificados que vierem a reduzir a carga tributária futura da **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Único:** Entende-se por reflexos futuros os benefícios gerados nos casos identificados pela **CONTRATADA** durante a vigência do presente contrato, ocasionando redução da carga tributária. Após aprovação e identificação do benefício, serão devidos os honorários no percentual pactuado.

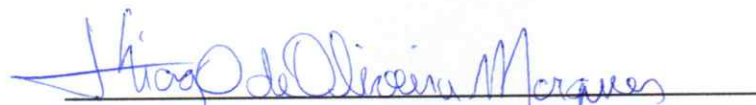
#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

**13.1.** As **partes** elegem o foro da Cidade de Curitiba/PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, mesmo existindo outro mais benéfico.

E por acharem justas e contratadas, as partes firmaram em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, declarando cumprir fielmente todas as disposições contidas no presente instrumento.

Curitiba, 28 de julho de 2022

#### **CONTRATANTE**



**OLIVEIRA MARQUES - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**  
CNPJ sob o nº 10.352.344/0001-13

#### **CONTRATADA**



**MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA LTDA**  
CNPJ nº 38.661.672/0001-10



## TributoJusto

À  
TRIBUTO JUSTO

**FORMULÁRIO**

PARA MAIOR CELERIDADE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, A TRIBUTO JUSTO SOLICITA AOS PARCEIROS O PREENCHIMENTO DAS SEGUINTE INFORMAÇÕES:

**EMPRESA OLIVEIRA MARQUES – COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA LTDA**

**CNPJ** 10.352.344/0001-13

**EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL**

☐ SIM ☒ NÃO

Se sim, em qual período?

☐ GPS/GFIP ☒ E-SOCIAL

☐ EMPRESA DESONERADA (FAZ RECOLHIMENTO DE CPBR)

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

**NOME JOSÉ EGIDIO MARQUES**

CELULAR ( 067 ) 99645-5971

EFONE FIXO ( 067 ) 99645-5971

E-MAIL postoamigao@hotmail.com

**NOME THIAGO DE OLIVEIRA MARQUES**

CELULAR ( 067 ) 99618-5815

EFONE FIXO ( 067 ) 99618-5815

E-MAIL postoamigao@hotmail.com

**DADOS DO FINANCEIRO**RESPONSÁVEL **PATRICIA DE OLIVEIRA MARQUES**TELEFONE ( 067 ) 99618-5815E-MAIL postoamigao@hotmail.com**DADOS DA CONTABILIDADE**

EMPRESA

CONTADOR (A) JOSIVAN LOURENÇO PEREIRACELULAR ( 67 ) 99985-33330TELEFONE ( 067 ) 3383-9711E-MAIL contatojlpms@gmail.com

- 1) A Empresa já realizou algum procedimento administrativo de Recuperação de Créditos?

Sim

☐☒

Não

Se sim, em qual período e de quais tributos?

---

- 2) A Empresa tem alguma ação judicial discutindo o mesmo objeto do presente contrato?

Sim

☐☒

Não

- 3) A Empresa quer realizar a compensação de tributos pendentes de pagamento?

Sim

☐☒

Não

Se sim, quais tributos e competências?

---

- 4) A Empresa tem alguma outra observação para os procedimentos de recuperação de crédito tributário?

Sim

☐☒

Não

---



  
THIAGO DE OLIVEIRA MARQUES

**EXCLUSIVO PARA PREENCHIMENTO DO PARCEIRO**

- 5) Qual o percentual de honorários ficou acordado? 22% (por ser sindicalizado)
- 6) Nome do representante Tributo Justo: Leticia / Marina



\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE TRIBUTO JUSTO

## TributoJusto

À  
TRIBUTO JUSTO

**AUTORIZAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS CONTÁBEIS – FISCAIS**

**OLIVEIRA MARQUES - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 10.352.344/0001-13, autoriza a **TRIBUTO JUSTO - MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, a realizar as compensações das contribuições previdenciárias rubricadas abaixo, nos termos do parecer apresentado:

RUBRICA/ASSINATURA	NÍVEL	VERBAS
	NÍVEL 1	Verbas Pacificadas
	NÍVEL 3	Verbas Possíveis

Curitiba, 28 de julho de 2022

